



Primeiro contrato de REDD+ garante proteção ambiental em área no sul do estado

Diego Peres / Secom



Durante a COP 30, o Amazonas também lançou o Plano de Bioeconomia, alinhado aos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Contrato foi assinado pelo Governo do Amazonas, durante a COP 30, para o Parque Estadual Sucunduri, em Apuí

Com o objetivo de garantir proteção ambiental em áreas de intensa pressão para o desmatamento e queimadas ilegais, o Governo do Amazonas assinou, durante a programação da COP 30, em Belém, o primeiro contrato de REDD+ em Unidade de Conservação Estadual do Amazonas. O contrato foi para o Parque Estadual Sucunduri, situado em Apuí (a 453 quilômetros de Manaus), em uma região conhecida como “arco do desmatamento”.

“Começar pelo Parque Estadual Sucunduri é um plano piloto; é uma área que não tem comunidades dentro, mas tem a gestão feita pela associação do Parque e o foco principal é estru-

turação e implementação do plano de gestão daquela unidade. É uma estratégia para fortalecer a conservação ambiental, o combate aos crimes ambientais e, também, gerar renda para poder pagar, por exemplo, o programa Guardiões da Floresta”, disse o secretário de Meio Ambiente, Eduardo Taveira.

A iniciativa será executada pela Future Climate, em uma área estimada de 492,9 mil hectares e potencial de captar mais de R\$ 590 milhões em 30 anos de projeto. A proposta de projeto foi selecionada por uma comissão de seleção especial, seguindo critérios de técnica e preço para garantir maior geração de créditos ao menor custo operacional.

Todo o processo foi construído por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), que também faz a gestão das Unidades de Conservação. Apesar de não haver necessidade de consulta pública, já que o território não tem moradores, o Governo do Amazonas, por meio da Sema, realizou uma consulta com as lideranças e outra com o Conselho Gestor Consultivo do Mosaico do Apuí, que representa o Parque Estadual Sucunduri.

O Amazonas já opera dois mecanismos complementares de participação no mercado de carbono: o Programa Jurisdicional de REDD+, em escala estadual, que financia o Programa Amazonas 2030, e os projetos locais de REDD+, voltados exclusivamente para unidades de conservação e comunidades do entorno, como o Sucunduri.

O Amazonas na COP30

O Estado do Amazonas participou do evento com uma das programações mais robustas entre os nove estados da Amazônia Legal, com foco na valorização da floresta em pé, bioeconomia e transição energética justa.

Durante a COP 30, o Amazonas também lançou o Plano de Bioeconomia, alinhado aos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), e a Política Estadual de Transição Energética, que tem como objetivo transformar a matriz energética do Amazonas e reduzir, até 2030, 50% do consumo de diesel nos sistemas isolados. Na conferência também foi feito o lançamento do Inventário de Emissões Atmosféricas, que identifica e analisa principais fontes de poluentes atmosféricos no estado.

O Governo do Amazonas lançou, ainda, portfólios com 50 projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), o Inventário e o Catálogo com ações e pesquisas para o enfrentamento à estiagem e eventos climáticos extremos no Amazonas.

O programa de construção de moradia sustentável Amazonas Escolar e cases de sucesso como o Barco Hospital São João XXII, o Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior (Prosamin+), além das bases Arpão também foram temas debatidos nas plenárias do encontro.

